



78
204

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 125773-6/01 - Comarca de Recife ✓

Agravante: Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco - ASPJ

Agravado: Estado de Pernambuco

3526

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFIGURADOS OS REQUISITOS ENSEJADORES DA SUSPENSIVIDADE DEFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL. 1. Tratando-se de Agravo Regimental objetivando a reforma da decisão interlocutória que deferiu a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 125773-6, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não de ambos os requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora. 2. Toda a argumentação do agravante foi construída de acordo com a interpretação dada à norma já revogada pela legislação atual, a saber, Lei nº 13.332/07, a qual, conforme dito, excepciona os Gabinetes dos Desembargadores quanto ao limite de cargos comissionados imposto pela legislação anterior. Diga-se, de passagem, que tais cargos constituem a grande maioria dos comissionados estabelecidos no Tribunal. 3. De qualquer sorte, compartilho do entendimento de que o art. 33, da Lei nº 12.643/04, necessitaria de regulamentação para o seu devido cumprimento. 4. Ainda assim, não vislumbro, ao menos neste juízo de cognição sumária, em favor do ora agravante, a configuração do *periculum in mora* da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento. 5. É que, passados quase cinco anos desde o ajuizamento da demanda, e levando-se em conta as providências até então tomadas por este Tribunal de Justiça em conjunto com o CNJ, bem como ante a nomeação de mais de 3.000 (três mil) novos servidores públicos, não há como se avaliar, sem a devida dilação probatória, se o limite imposto pela legislação apontada já não fora alcançado. 6. Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao Agravo



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Regimental, para manter incólume a decisão monocrática fustigada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 125773-6/01, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 04/02/2010, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, do voto e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, de de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



80
206

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 125773-6/01 – Comarca de Recife
Agravante: Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – ASPJ
Agravado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo Regimental interposto contra Decisão Interlocutória que, nos autos do Agravo de Instrumento nº 125773-6, deferiu o pedido de efeito suspensivo postulado.

Aduz o recorrente, em apertada síntese, que a liminar deferida em primeiro grau deve ser mantida em razão do estabelecido no art. 33, da Lei nº 12.643/04, exonerando-se os ocupantes de cargos comissionados que extrapolam os limites estabelecidos na referida norma, a fim de evitar prejuízos às finanças do Estado.

Alega, ainda, que a lei em questão não necessita de regulamentação e que há o interesse pessoal de muitos Desembargadores deste Tribunal na manutenção da ocupação dos cargos em comissão.

Requer ao final, o provimento do presente regimental, a fim de reformar a decisão agravada, a qual suspendeu a execução da antecipação de tutela deferida nos autos da ação ordinária.

Não exercido o juízo de retratação, coloco o presente recurso em mesa para julgamento, posto que tempestivo e preenchidos os requisitos legais.

É o relatório

Recife, 04 de de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



207

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 125773-6/01 – Comarca de Recife

Agravante: Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco – ASPJ

Agravado: Estado de Pernambuco

VOTO

De início, vale ressaltar que o contexto em que se deu o presente recurso já não é mais o mesmo, haja vista as providências tomadas, ao longo dos anos, por todos os Tribunais de Justiça do país, para combater o antigo vício do nepotismo e melhorar a eficiência da máquina judiciária. Esforço esse tomado em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, através de resoluções, recomendações e fiscalização direta.

Inclusive, foi editada a Lei nº 13.332/07, cujo art. 7º disciplinou inteiramente a matéria contida no art. 33 da Lei nº 12.643/04. Dessa forma, para o provimento dos cargos comissionados que integram os Gabinetes dos Desembargadores, não é obrigatória a observância do percentual de 50% (cinquenta por cento) no preenchimento desses cargos por servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Assim, rejeito a preliminar de usurpação de competência do STF, levantada pelo agravante, pois, diante da legislação apontada, não existe impedimento dos membros deste egrégio Tribunal acerca da nomeação dos cargos comissionados.

Mais recentemente, dentro desse contexto, o então Presidente deste Tribunal de Justiça, o Des. Jones Figueiredo, considerando os princípios da moralidade e da impessoalidade, estabelecidos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal; considerando a Resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que vedou a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário e tipificou quais são as práticas que se constituem em nepotismo; considerando a recomendação contida no item nº 1.1.6, do Relatório nº 14 de Inspeção Preventiva do Conselho Nacional de Justiça a este Poder, de acordo com a Portaria nº 206, de 20 de julho de 2009; determinou a todos os servidores ocupantes de cargo em comissão, bem como aos que exercem função gratificada neste Poder, que deverão preencher, assinar e enviar à Secretaria de Gestão de Pessoas uma declaração de parentesco, para a devida análise e providências.



82
1
208

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Pois bem, tratando-se de Agravo Regimental objetivando a reforma da decisão interlocutória que deferiu a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento nº 125773-6, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não de ambos os requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

Em que pesem os argumentos jurídicos articulados pelo recorrente, mantenho a convicção firmada na decisão vergastada, a qual, a meu sentir, não merece qualquer reparo.

Toda a argumentação do agravante foi construída de acordo com a interpretação dada à norma já revogada pela legislação atual, a qual, conforme dito, excepciona os Gabinetes dos Desembargadores quanto ao limite de cargos comissionados imposto pela legislação anterior. Diga-se, de passagem, que tais cargos constituem a grande maioria dos comissionados estabelecidos no Tribunal.

De qualquer sorte, compartilho do entendimento de que o art. 33, da Lei nº 12.643/04, necessitaria de regulamentação para o seu devido cumprimento.

Ainda assim, não vislumbro, ao menos neste juízo de cognição sumária, em favor do ora agravante, a configuração do *periculum in mora* da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento.

É que, passados quase cinco anos desde o ajuizamento da demanda, e levando-se em conta as providências até então tomadas por este Tribunal de Justiça em conjunto com o CNJ, bem como ante a nomeação de mais de 3.000 (três mil) novos servidores públicos, não há como se avaliar, sem a devida dilação probatória, se o limite imposto pela legislação apontada já não fora alcançado.

Feitas essas considerações, voto no sentido de negar provimento ao presente Agravo Regimental, para manter incólume a decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator